



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 5, DE 2010

Altera o art. 198 da Constituição Federal, para prever o estabelecimento de piso salarial nacional para os profissionais de saúde que atuam no serviço público.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 5º do art. 198 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 198.**

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, bem como sobre os pisos salariais nacionais para os demais profissionais que atuam nos serviços públicos de saúde, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento dos referidos pisos salariais.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda Constitucional nº 63, de 2010, de forma absolutamente correta e justa, determinou que a lei federal fixasse um piso salarial profissional para os agentes comunitários de saúde e para os agentes de combate a endemias.

Trata-se de decisão que o Congresso Nacional tomou na mesma direção daquela assumida quando aprovou a Emenda Constitucional nº 53, de 2006, que determinou o estabelecimento de um piso salarial para os professores da rede pública.

Todas essas decisões representam passos fundamentais rumo à valorização do serviço público e à melhoria de sua qualidade, com claros efeitos para a totalidade da nossa população.

A Emenda Constitucional nº 63, de 2010, entretanto, não avançou na direção de estender esse direito aos demais profissionais que atuam nos serviços públicos de saúde e fazem jus a ele tanto quanto os bravos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias.

Efetivamente, buscar estabelecer um padrão mínimo para a remuneração dos profissionais de saúde do País não é apenas uma exigência para garantir a qualidade desses serviços, como é uma consequência da própria filosofia que inspirou o constituinte de 1988 a criar uma das mais importantes e bem sucedidas instituições brasileiras, que é um modelo para o restante do mundo: o Sistema Único de Saúde (SUS).

Claro que o SUS não é perfeito e exige, ainda, grandes aperfeiçoamentos.

Um deles, com certeza, é esse alvitado pela presente proposição.

De fato, não é possível continuar-se com a situação atual, na qual, muitas vezes, os profissionais de saúde recebem uma remuneração totalmente incompatível com as suas responsabilidades e com os sacrifícios e riscos a que são submetidos.

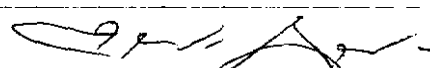
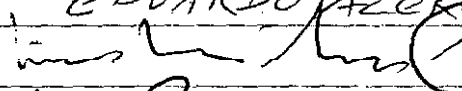
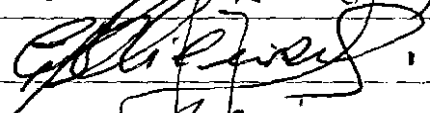
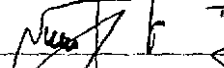

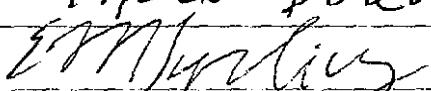
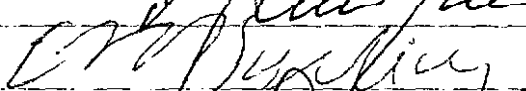

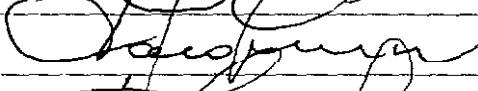
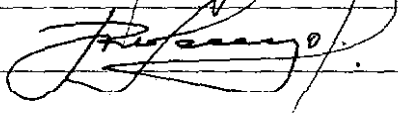
Assim, temos a certeza de que a aprovação dessa proposta representará importante passo em prol da melhoria do nosso sistema público de saúde e da valorização de seus profissionais.

Sala das Sessões, 23 de março de 2010.


Senadora **MARISA SERRANO**

Altera o art. 198 da Constituição Federal, para prever o estabelecimento de piso salarial nacional para os profissionais de saúde que atuam no serviço público.

| | NOME PARLAMENTAR | ASSINATURA |
|----|-------------------|----------------------|
| 01 | ROBERTO CUNHA | Roberto Cunha |
| 02 | FLÁVIO ARNS | Flávio Arns |
| 03 | GEOVANI BORGES | Geovani Borges |
| 04 | SABY OLIVEIRA | Saby Oliveira |
| 05 | FAPALIO RIES | Fapalio Ries |
| 06 | VÍZ VIANA | Viz Viana |
| 07 | ALVAREZ | Alvarez |
| 08 | RENATO CASAGRANDE | Renato Casagrande |
| 09 | HERACLITO | Heracito |
| 10 | BESAN BORGES | Besan Borges |
| 11 | LOMELI THUMA | Lomeli Thuma |
| 12 | marcelo | MARIA DO CARMO ALVES |
| 13 | ARTHUR VILHIO | Arthur Vilhio |
| 14 | VALDIR RAUPP | Valdir Raupp |
| 15 | IMACIO AZEVEDO | Imacio Azevedo |
| 16 | ANDRÉ CARLOS LIMA | André Carlos Lima |
| 17 | ALVARO DIAS | Alvaro Dias |
| 18 | FLEXO RIBEIRO | Flexo Ribeiro |
| 19 | WOLFRADO HILARIO | Wolfrado Hilario |
| 20 | GILBERTO SOELLNER | Gilberto Soellner |

| | NOME PARLAMENTAR | ASSINATURA |
|----|---|---|
| 21 | EDUARDO AZEVEDO |  |
| 22 |  | (Mário Príncipe) |
| 23 | Vitor Pereira | V.  |
| 24 | Neyto De Conti |  |
| 25 | PAULO DURVE |  |
| 26 |  |  |
| 27 | João Tenório |  |
| 28 | FASSO JEREISSATI |  |
| 29 | Raimundo colonso |  |
| 30 | | |
| 31 | | |
| 32 | | |
| 33 | | |
| 34 | | |
| 35 | | |
| 36 | | |
| 37 | | |
| 38 | | |
| 99 | | |
| 40 | | |

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

.....
.....

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- II - do Presidente da República;
- III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006) (Vide Medida provisória nº 297, de 2006) Regulamento

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 63, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Altera o § 5º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre piso salarial profissional nacional e diretrizes para os Planos de Carreira de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 5º do art. 198 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 198.

.....
§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial.

....."

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no DSF, de 25/03/2010.